



NAZISMO: CONVIVÊNCIA POPULAR, ATROCIDADES CONSENTIDAS

Maria Rita Medeiros Fontes¹

Resumo: A discussão proposta neste artigo apresenta uma abordagem sobre o autoengano diretamente relacionado ao comportamento das pessoas em relação ao nazismo, buscando o diálogo com a tese apontada por Hannah Arendt em seu livro *Origens do totalitarismo*, sobre o regime impetrado por Hitler na Alemanha nazista. Aborda também a questão do pensamento que determina a convivência do indivíduo consigo mesmo em *Responsabilidade e julgamento*, livro que reúne distintos textos da autora. Notadamente no ensaio intitulado “Algumas questões de filosofia moral” Arendt deixa claro que a ausência do pensamento e da reflexão sobre as próprias ações permitiu que pessoas comuns fossem, no mínimo, coniventes com as atrocidades impetradas pelo regime nazista. A pergunta que se faz é: o autoengano é fruto da ausência de reflexão ou uma opção conveniente pela mentira?

Palavras-chave: reflexão; autoengano; mentira; nazismo.

¹ Mestranda em Filosofia pela UFG. E-mail: maria_rita21@yahoo.com.br

RACISMO E INTOLERÂNCIA

É pouco provável que exista quem considere o racismo como uma questão apenas social. Pode-se afirmar que seja fundamentado na situação econômica, o que, por si só, pode ser considerado como algo inerente à estratificação social lançada primeiro pelo feudalismo, passando inequivocamente pelo crescimento da burguesia e notadamente pelo desenvolvimento do capitalismo. As camadas que configuram as desigualdades existentes em diversos países são formadas, usualmente, por representantes étnicos das chamadas minorias: os nigerianos na França, os curdos na Turquia e, de uma maneira mais disseminada, os negros nos países que foram colonizados pelos europeus, onde proliferou a escravidão. Pode-se observar que onde ocorre o desnível econômico-financeiro, frequentemente, o ônus discriminatório recai sobre os representantes das minorias étnicas, não importando a que região do Planeta se esteja referindo.

Assim, é possível constatar que não foi diferente com os judeus na Europa, especialmente no que diz respeito a países como a Alemanha que, após a derrota na I Grande Guerra Mundial, foi punida com a obrigação de indenizar os países invadidos o que, acrescido à necessidade de reconstrução das áreas destruídas pelos combates, foi o estopim para a deflagração da pior crise econômico-financeira que atingiu aquele país. A Alemanha, por volta do final dos anos 1920, sofria o caos econômico. A população ansiava pelo fim do caos e pela retomada da dignidade perdida pela derrota em 1918.

Embora possam ser enumerados vários fatores que contribuíram para a ascensão do sentimento nacionalista iniciado por Hitler e seus discursos inflamados e cheios de apelos ufanistas sobre a retomada do orgulho “ariano racista”², dentre eles é possível destacar a condição dos

²De acordo com o Dicionário Houaiss, diz-se de uma suposta raça que abrangeria todos os indivíduos que compartilhavam as línguas indo-europeias no passado e seus descendentes (não miscigenados) na atualidade. Sua existência foi defendida por autores europeus do século XIX e, posteriormente, retomada pelos formuladores do racismo

judeus não só na Alemanha, mas disseminada no continente europeu.

Devido às constantes perseguições religiosas impostas contra esse povo, que proibiam aos judeus possuírem propriedades e terras em muitos países, a participação dessa comunidade na vida econômica foi marcada pela intolerância e pelo impedimento de realização de várias atividades, o que lhes proporcionou o desenvolvimento de habilidades no comércio ambulante, no intercâmbio dos negócios financeiros, no câmbio de moedas e na ourivesaria, dentre outras de menor importância. Tornaram-se exímios em não possuir bens e mestres habilidosos na área das finanças em geral. Em virtude de perseguições sistemáticas a que eram submetidos, era comum que vivessem em pequenas comunidades distanciadas da vida cotidiana em seus países. Usualmente, viviam próximos uns dos outros, mantendo suas famílias apartadas da convivência dos *góis* – como são chamados os não judeus.

Karl Marx discorreu sobre esse problema em seu livro *Manuscritos econômico-filosóficos*, no capítulo “A questão judaica”. Nesse texto há uma afirmação de Bruno Bauer, filósofo, teólogo e historiador alemão que se tornou conhecido por intermédio das críticas que Marx desenvolveu sobre os seus trabalhos considerados “espiritualistas”, que diz respeito à emancipação política dos judeus:

Bruno Bauer lembra que, na Alemanha, ninguém é politicamente emancipado. E podemos dizer que também nós (alemães cristãos) não somos livres. Então, como poderemos libertá-los? Vocês, judeus, tornam-se egoístas se pedem para vocês, como judeus, uma emancipação especial. Sendo alemães deveriam trabalhar pela emancipação política da Alemanha e, como homens, lutar pela libertação da humanidade (MARX, 2004, p. 13).

O antisemitismo não foi um fenômeno originado com o nazismo; tal sentimento de aversão era, há muito, conhecido no continente europeu. Os judeus eram vistos com desconfiança e horror em muitas regiões

nazista. Entretanto, fósseis descobertos posteriormente desmentem tal hipótese e demonstram a notável diversidade de configurações físicas entre os primitivos arianos.

e, para agravar a situação, ao se manterem quase que reclusos em suas comunidades, jamais lutaram por direitos políticos ou reconhecimento da cidadania. Aceitavam o apartar da convivência com os demais cidadãos, pensando estarem se preservando das perseguições. No livro *Origens do totalitarismo*, Hannah Arendt também deixa claro que essa situação de desagrado e racismo em relação ao povo judeu estava impregnado na tradição da Cristandade, pensamento disseminado na Europa há longo tempo. Na sua condição de judia, como ela mesma se identificava, considerava que muito do sofrimento imposto aos judeus se deveu a esse sectarismo religioso e político.

Os judeus constituíam a única exceção a essa regra geral. Não formavam uma classe nem pertenciam a qualquer das classes nos países em que viviam. Como grupo, não eram nem trabalhadores nem gente da classe média, nem latifundiários, nem camponeses. Sua riqueza parecia fazer deles membros da classe média, mas não participavam do seu desenvolvimento capitalista; mal eram representados nas empresas industriais; e, se, na última fase de sua história europeia, chegavam a conduzir importantes empresas, dirigiam pessoal burocrático ou intelectual e não o operariado. Em outras palavras, embora seu *status* fosse definido pelo fato de serem judeus, não o era por suas relações com outras classes. [...] Assim, mesmo que ingressassem na sociedade, formavam um grupo bem definido que preservava a sua identidade mesmo dentro de uma das classes com as quais se relacionavam, fosse esta aristocracia ou burguesia (ARENDT, 1989, p. 33).

Assim sendo, pouco trabalho teve a propaganda nazista ao deflagrar uma campanha de acirramento ao antissemitismo. A propaganda em questão apenas deu visibilidade ao pensamento recorrente. Não se pode, entretanto, afirmar que houve uma adesão incondicional ao projeto, mas se pode especular que muitos alemães identificaram esse sentimento antissemita e outros tantos apenas se omitiram, não esboçando qualquer atitude de oposição.

Durante mais de cem anos o antissemitismo havia, lenta e gradualmente, penetrado em quase todas as camadas sociais em quase todos os países europeus, até emergir como a única questão que podia unir a opinião pública. Foi simples como

ocorreu esse processo: cada classe social que entrava em conflito com o Estado virava antissemita, porque o único grupo que parecia representar o Estado, identificando-se com ele servilmente, eram os judeus (ARENDT, 1989, p. 45).

Para muitos, encontrar “culpados” pela situação caótica pela qual passava a Alemanha foi um lenitivo para as próprias dores. Se o que a propaganda ideológica afirmava era correto, ou seja, que a Europa estava infestada desses usurários e aproveitadores gananciosos, que sobrepunham seus interesses ao bom desenvolvimento do país, era de fato urgente que fossem banidos da convivência e despojados do dinheiro que amealharam das suas vítimas: as famílias alemãs. Assim funcionava a propaganda nazista, que apontava os judeus como os principais culpados pelos problemas financeiros da Alemanha.

Havia mesmo quem acreditasse nessa panfletagem, mas não é possível pensar que todos os alemães tivessem perdido a memória sobre as mazelas provocadas pela I Guerra Mundial. É possível conceber que muitos foram “convencidos” e outros tantos passaram a se sentir redimidos em seu pesar porque, a partir dessa constatação, podiam retomar seu orgulho e cicatrizar a ferida da derrota. Denota-se, portanto, que a propaganda bem articulada nessa área desencadeou uma crença de que os responsáveis foram identificados e, a partir disso, a harmonia social e financeira poderia ser restituída.

O antissemitismo [...] podia ser livremente elaborado por charlatões e loucos naquela estranha mistura de meias verdades e fantásticas superstições que emergiu na Europa depois de 1914, tornando-se a ideologia de todos os elementos frustrados e ressentidos (ARENDT, 1989, p. 74).

Contudo, o reconhecimento de uma propaganda bem produzida não pode, por si só, produzir resultados. É necessário cooptar adeptos para ganhar força e ser acolhida. Uma campanha bem articulada, fundamentada naquilo que o senso comum está impregnado, pode produzir distorções e alterar verdades de fato, veracidades colhidas da

experiência e compartilhadas como opiniões gerais, proporcionando o abandono de princípios tradicionais como o que foi verificado, mesmo entre os que se diziam cristãos. Para Arendt, a tradição foi abandonada, dando lugar para algo novo na história: o totalitarismo.

PROPAGANDA IDEOLÓGICA E TERROR

A reflexão até aqui proposta estabelece os parâmetros que norteiam a principal questão que se quer abordar: a campanha difamatória, tecida pelo Nacional Socialismo Alemão, que fomentou a desinformação e o preconceito, provocando o engano ou, o que também é possível, incitou a disposição de muitos a acreditar no tema e se permitirem enganar por conveniência.

O tema do engano e do autoengano se apresenta, então, à luz: muitos alemães foram mesmo enganados pela propaganda tendenciosa; no entanto, muitos optaram por acreditar na informação manipulada e distorcida, movidos por uma série de interesses, manifestos ou não, que vão desde assuntos pessoais a carreiras profissionais. Para muitos, “solução final” ou extermínio dos “indesejáveis” não passou de uma desinfecção ou assepsia, cujo intento principal era o soerguimento do País. Para esses, participar dessa logística, executar com precisão todas as fases relacionadas ao projeto de purificação da raça ariana, não significava mais que a execução de tarefas burocráticas como as desenvolvidas pelos demais servidores da sociedade, como os carteiros, os transportadores de bens ou mercadorias, os lixeiros e os coveiros. Tarefas que, por vezes, requeriam certa dose de isenção da própria humanidade por parte de quem as executava, mas que, de qualquer forma, precisavam ser feitas: o carregamento dos trens de deportação, que conduziam pessoas como gado; a seleção dos que ainda tinham força para a execução de trabalhos nos campos de extermínio e a condução dos fracos, doentes e velhos para o “abate”; os trabalhos relativos aos fornos crematórios; enfim, partes de uma empreitada que foi encarada como tantos outros afazeres profissionais. As atividades eram, então, traduzidas em serviços prestados à comunidade, ao partido

nazista e, especialmente, ao *Führer*, o que, dependendo da competência e presteza com que as ordens eram cumpridas, eram ressaltadas e até mesmo condecoradas, conforme o grau de satisfação das exigências.

Reconhecidamente, os adeptos ao totalitarismo fizeram uma opção: a de obedecer a um poder pensante que estabelecesse as novas regras e permitisse que a vida voltasse ao que era antes, sem que fosse preciso lembrar-se dos horrores da guerra anterior e pensar na derrota vergonhosa a que foram expostos. Acreditar que todas as ações foram executadas sob a ótica de uma atitude convicta de pertencimento a um partido ou a um plano de ação, cujo intuito principal era o de tomar o mundo civilizado, por certo não era o ideal da maioria da população. O totalitarismo não atingiu o seu maior intento por ser entendido como uma ação política, mas por uma aceitação sem questionamentos, isenta de reflexões sobre o seu alcance e as suas consequências inevitáveis.

O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento) (ARENDT, 1989, p. 526).

Ao autoengano, ao qual algumas pessoas aderiram, deve também ser acrescentada a obediência às ordens, fossem elas quais fossem. Um emprego público, com garantias de boa remuneração e uma aposentadoria no final da jornada dos serviços prestados, era o alvo final desses burocratas que se deixaram conduzir por uma política que empregava o medo e a discriminação como instrumentos de um sistema que tentava impor regras de conduta a toda população e, o que ainda poderia ser mais trágico, transformar pessoas em refugos de um sistema que prometia glória e orgulho. Pessoas passaram a ser vistas como descartáveis pelo sistema, como foi o caso dos homossexuais, dos ciganos, dos portadores de Síndrome de Down e outros que foram os primeiros expurgados do regime, ainda na fase de sua consolidação.

O que se seguiu, a partir da ascensão do nazismo e a cooptação

de defensores e cooperadores, foi a insana máquina de terror imposta por essas pessoas que se permitiram conduzir por mentiras. É preciso, sem dúvida, considerar que aliado à propaganda difamatória, o medo foi o sentimento produzido na população. Aqueles que não eram seduzidos pelas mentiras, eram aterrorizados pelas ameaças de perdas significativas em suas vidas: perseguições e prisões efetivadas sem qualquer processo ou inquérito, movidas apenas pelas delações, muitas delas falsas, patrocinadas pela polícia especial do partido, as SS³.

[...] O terror no governo totalitário deixa de ser um meio para suprimir a oposição, embora ainda seja usado para tais fins. O terror torna-se total quando independe de toda oposição; reina supremo quando ninguém mais lhe barra o caminho. Se a legalidade é a essência do governo não tirânico e a ilegalidade é a essência da tirania, então o terror é a essência do domínio totalitário (ARENDT, 1989, p. 516 – 517).

Não obstante a tensão que deve ter se originado na população nesses tempos, é notório, como se pode comprovar por filmes de época, que o nazismo se tornou um fenômeno que dominou grande parte da população alemã, não só no período de instalação do regime, mas durante todo o período da guerra.

Para Arendt, o significado dessa adesão em massa ao regime traduziu um entendimento de moralidade apenas como uma síntese de usos e maneiras que poderiam ser trocados por outros, sem qualquer exame ou reflexão, como podem ser trocados modos à mesa de refeição ou disposição de pratos e talheres; princípios e valores foram abandonados como se troca de traje a cada nova coleção de estação. Teorias e estudos de filósofos e pensadores foram distorcidos e apropriados ao sabor das insídias praticadas e, para assombro de Arendt, muitos intelectuais aderiram ao regime, contrariando o que se havia ensinado durante os séculos anteriores.

³Shutzstaffel (destacamento da Guarda), mais conhecida como SS, cujos integrantes eram reconhecidos pelas camisas pretas e tinham a caveira como símbolo. Seu comandante era um dos fiéis seguidores de Hitler, Heinrich Himmler.

No livro *Responsabilidade e julgamento*, especificamente no ensaio “Algumas questões de filosofia moral”, Arendt elabora um texto vigoroso e repleto de observações que traduzem o espanto que se seguiu quando desmascaradas as verdadeiras atividades do nazismo. Para a autora, a adesão ao regime partiu de todas as camadas sociais:

Igualmente importante, mas talvez mais assustador, era a colaboração natural de todas as camadas da sociedade alemã, inclusive das elites mais antigas que os nazistas deixaram intocadas e que nunca se identificaram com o partido no poder (ARENDT, 2004, p. 117).

A proximidade dos judeus com a aristocracia dominante no período monárquico, tendo inclusive participado do financiamento das guerras que confrontaram a população, principalmente na questão da ofensiva prussiana antes da unificação com a Alemanha, despertou na população o ressentimento verificado contra esse povo. Talvez seja por esse fato que Arendt questiona a participação da elite alemã no silêncio que se seguiu contra as atrocidades praticadas. Uma camada social não participativa, mas que outrora possuía certa convivência com as comunidades judaicas, até mesmo favores econômicos, e que agora participava passivamente da perseguição imposta.

A alegação comumente ouvida era a de que, mesmo na Alemanha, o extermínio dos judeus não era do conhecimento da população. Mesmo os aliados afirmavam desconhecer o que acontecia dentro dos campos de concentração, apesar das denúncias de alguns fugitivos, como afirmou Primo Levi em seus livros. Mas é preciso lembrar que os vagões dos trens percorriam territórios habitados e eram vistos por cidadãos em seus afazeres cotidianos e ninguém sequer perguntou para onde iam aqueles compartimentos lotados com seres humanos.

E, continua Arendt em seu espanto, assim que as notícias do final da guerra foram divulgadas e a entrada das forças aliadas nos campos e áreas de combate se tornaram realidade, essas mesmas pessoas se desfizeram dos padrões até então vigentes e reassumiram seus antigos

valores, como em uma afirmação de que a moral nada mais era do que “maneiras, usos e convenções a serem trocados à vontade” (ARENDT, 2004, p. 118).

Aquilo que durante os tempos do domínio nazista foram considerados efetivos atos de colaboração, após a derrota, passaram a ser considerados “cumprimentos” de ordens. A obediência ao *Führer*, antes vista como uma grandeza da parte do bom servidor da causa, era agora encarada como uma obrigação, algo que deveria ter sido feito, sob a alegação de serem as pessoas apenas “engrenagens” de uma máquina enorme que deveria se manter a todo o custo. As justificativas de colaboração eram prontamente defendidas e interpretadas como atos de subordinação a um poder opressor que, no caso de renúncia ao cumprimento das ordens, outro seria colocado no lugar, executando o que deveria ser feito. Havia certo orgulho entre os alemães pelo fato de serem cumpridores das obrigações; orgulho esse que pode ter levado, como adverte Arendt (2004, p. 122), “pessoas comuns a cometerem crimes com mais ou menos entusiasmo, simplesmente porque fizeram o que lhes foi mandado”.

É interessante notar que essa obediência germânica era uma das causas de orgulho entre as pessoas que asseveravam, sem qualquer receio, terem executado ordens exatamente como as tinham recebido. Essa obrigatoriedade de seguir à risca o que era imposto por lei foi muitas vezes apontado com altivez, relembrando os ensinamentos morais de Kant, a quem a obediência não era uma opção, mas uma necessidade para a orientação da conduta moral. Por mais relevante que seja a enunciação de uma teoria escrita por um autor renomado como o filósofo alemão Kant, é de se estranhar que esse mesmo autor não tenha sido lembrado por outro pensamento seu: “a maior violação do dever de um ser humano consigo mesmo, considerado meramente como ser moral (a humanidade em sua própria pessoa), é o contrário da veracidade, a *mentira*” (KANT, 2008, p. 270).

CONIVÊNCIA E CONSENTIMENTOS PARA AS ATROCIDADES

É inequívoco que muitos optaram viver a mentira das reformas sociais propaladas pelo nazismo e, quando a falsidade se instalou, iniciou-se o processo de violação dos direitos dos cidadãos, daquilo que sustenta e ordena a vida pública. Segundo Kant, uma mentira não só viola o direito individual dos cidadãos, mas prejudica a relação entre as pessoas de uma maneira generalizada, corrompendo e descaracterizando os acordos entre os pares.

Arendt cita pensamentos kantianos que ilustram suas considerações acerca do absurdo das ações que marcaram o totalitarismo. Para Kant, o conhecimento do que é certo e do que é errado é natural, diferentemente da conduta moral, que não o é. Para esse autor, ninguém deseja o mal, mas sabe que não só a razão orienta a conduta humana; também os sentidos interferem no caminho moral e, por vezes, os homens se veem tentados a praticá-lo. Aquele que pretende agir com más intenções incorre em um “absurdo moral”, porque atua em contradição consigo mesmo, sendo essa contradição causadora do autodesprezo. Enfatizava que o desprezo por si mesmo não era suficiente para conter o mal, porque se poderia evitar esse desrespeito próprio produzindo uma inverdade. “Ele declarou repetidamente que o ‘ponto’ realmente ‘penoso ou desagradável’ na natureza humana é a mendacidade, a capacidade de mentir” (ARENDT, 2004, p. 126).

No pensamento kantiano a questão do respeito por si mesmo era central. Kant não admitia a possibilidade de um ser humano viver em contradição consigo mesmo, porque considerava isso absurdo, inexequível. Acima do respeito pelo próximo, o autorrespeito deve ser considerado para uma vida humana conduzida pela moralidade.

Não é certamente uma questão de preocupação com o outro, mas de preocupação consigo mesmo, não é uma questão de humildade, mas de dignidade humana e até de orgulho humano. O padrão não é nem o amor por algum próximo, nem o amor por si próprio, mas respeito por si

mesmo (KANT *apud* ARENDT, 2004, p.131).

Devido à omissão de muitos, verificada durante todo o período entre a ascensão do Terceiro Reich até o final da guerra, quando a maioria da população cumpriu aquilo que lhe foi determinado pelo poder pensante que dominou a Alemanha, pode-se constatar que para muitos as mentiras propaladas serviram como um incentivo para que cometessem toda sorte de desmandos e perseguições. Seria impossível crer que os manifestos contrários à política instituída por parte de alguns poucos dissidentes, às prisões injustificadas, as famílias que simplesmente desapareciam sem deixar notícias, os guetos que foram se formando, enfim, toda sorte de excepcionalidades impostas pudessem passar despercebidas de toda a população. Por certo, muitos se perguntaram o que de fato estava ocorrendo, mas preferiram acreditar na validade dos relatos disseminados no que seus próprios olhos poderiam confirmar.

Diante dessa premissa, é plausível acreditar que o autoengano, além da ausência da reflexão crítica, foi um dos motivos que fizeram com que os cidadãos alemães aderissem aos crimes de guerra e, por essa mesma via, tomassem uma atitude autocomplacente ao fim do conflito, utilizando-se do argumento de peças de um maquinário. Mentir para si mesmo, reduzir ou atenuar a própria culpa diante dos fatos relatados do que realmente acontecera, foi a maneira que muitos encontraram para fugir ou renegar a participação ativa. Foi muito mais fácil alegar ausência de conhecimento, quando foram obrigados a olhar ao redor e constatar o caos e as ruínas em que estavam novamente mergulhados. Foi esse mesmo autoengano que produziu a disseminação do argumento da culpa coletiva⁴, tema também enfrentado por Arendt.

Se, como afirmou Kant, o autodesprezo não torna possível para o ser humano a convivência consigo mesmo, era preciso recriar uma imagem que sustentasse o orgulho por si mesmo. Foi assim que surgiu o

⁴No ensaio intitulado “Responsabilidade pessoal sob a ditadura”, um dos textos presentes no livro *Responsabilidade e julgamento*.

argumento da culpa coletiva, que satisfazia ao orgulho próprio e evitava a dura realidade do autodesprezo, uma vez que possibilitava a crença de estar envolvido em uma trama da qual não era possível se desprender e que tudo o que foi feito ocorreu de pleno acordo com todos.

Diante dessa nova compreensão promovida pelo engano de si mesmo, pela via da possibilidade de poder voltar a levar a vida como antes, que se deu o retorno desses indivíduos aos seus afazeres de sempre após o anúncio do final da guerra, quando, da noite para o dia, deixaram de ser nazistas e voltaram a ser como sempre foram, bons cristãos.

Abstract: This article refers to self-delusion directly related to people's behavior during nazism in an attempt to dialogue with Arendt's thesis shown in her book *The origins of totalitarianism*. It also focus on the kind of thought that determines an individual companionship with himself as presented in her *Responsibility and Judgment* book within the chapter Some Questions on Moral Philosophy. Arendt states clearly that the absence of thought, of reflection about individuals' own actions allowed common people to shown connivance with the atrocities committed by Nazism. The main question of this article is: Is self delusion a result of a lack of reflection or a convenient option for lying?

Key-Words: Reflection. Self delusion. Lie. Nazism.

Referências

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Responsabilidade e julgamento*. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: companhia das Letras, 2004.

KANT, I. *Metafísica dos costumes*. 2. ed. Tradução de Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2008.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004. Coleção Obra-Prima de Cada Autor. Vol. 68.

Revista Nazismo – Revelações sobre Hitler, o maior assassino da humanidade. Editora Escala, s/d.